

## ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

Ata nº. 012/07.

1  
2  
3  
4 Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e sete, às dezoito horas e vinte minutos, pelos  
5 fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas que integram a presente Ata, reuniram-se  
6 para Assembléia Ordinária na sede do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de  
7 Porto Alegre, sito Rua Cel. Genuíno, nº 421, 3º andar – Esplanada dos Açores, sob coordenação da  
8 Presidente Maria Lopes Rodrigues – **CORAS Norte**, e na presença dos **CONSELHEIROS DA**  
9 **SOCIEDADE CIVIL**: Eliane Gassen – **USBEE**; Arnaldo Batista S. dos Santos – **Sociedade**  
10 **Educação e Caridade – Instituto São Benedito**; Denise Araci Leonhardt - **Associação Cristã**  
11 **Feminina**; Maria Bernadette M. de Medeiros – **CRESS**; Milda S. Pinent – **UAMPA**; Miriam  
12 Dabdab D. Kolinger – **CORAS Centro**; Maria de Lurdes dos Santos – **CORAS Centro-Sul**;  
13 Lourdes Maria Pretto – **CORAS Cristal**; Josiane S. Cardoso – **CORAS Cruzeiro**; Irilde B. da  
14 Silva – **CORAS Extremo Sul**; Eliane da Luz Santos – **CORAS Glória**; Frei José Bernardi e  
15 Lurdes Vargas de Souza – **CORAS Ilhas/Humaitá/Navegantes**; Carlos B. da Silva e Nelcy G. da  
16 Silva – **CORAS Leste**; Rose C. Canabarro – **CORAS Nordeste**; Marister da Cunha John –  
17 **CORAS Noroeste**; Maria Lopes Rodrigues e Elvira Centena da Silva – **CORAS Norte**; Leila  
18 Maria Pitta de Azevedo – **CORAS Restinga**. **CONSELHEIROS DO GOVERNO**: Cláudia Ilha  
19 de Lima, Sandra Mara Nunes e Lúcia Helena de Souza – **FASC**; Mara Rosane M. Prado – **SME**;  
20 Maria do Carmo de Souza – **SMED**; Deisi Teresinha V. Albring – **SMF**. **FALTAS**  
21 **JUSTIFICADAS**: Eunice Zimmermann – **Instituto Leonardo Murialdo**; Iara de Fátima Bueno da  
22 Rosa – **CORAS Centro**; Maria Francisca da S. Oliveira – **CORAS Eixo Baltazar**; Heloísa Helena  
23 L. Viñolo – **CORAS Glória**; Francisco T. de Lima – **CORAS Lomba do Pinheiro**; Paulo  
24 Francisco da Silva – **CORAS Partenon**; Glademira M. C. Barbosa – **CORAS Restinga**; Cristina  
25 N. de Moraes Torres – **CMPA**; Márcia L. Soares – **DMAE**; Vilma Maria O. da Silva e Alfa Adélia  
26 S. Bueno – **SMA**; Carlos Fernando S. Filho – **SMGL**. **AUSENTES/SOCIEDADE CIVIL**: Sérgio  
27 L. Cupini – **CORAS Eixo Baltazar**; Adriana Regina D. Bezetti – **CORAS Lomba do Pinheiro**;  
28 Nelcinda A. da Silva – **CORAS Partenon**; Gleci Godoy Alvarenga – **CORAS Sul**.  
29 **AUSENTES/GOVERNO**: Carmem Lopes, Adalberto Gomes F. Júnior, e José Valdir R. da Silva –  
30 **Câmara Municipal**; Tanise Amália Pazzim – **DMAE**; Sueli Terezinha Luckemeyer e Letícia G. de  
31 Souza – **DEM HAB**; Andréia Paim Leal e Jairo Armando dos Santos – **DMLU**; Eloísa Helena C.  
32 Strehlau e Ana Fagundes – **SMC**; Paulo Roberto Pontes e Júlio Fontoura – **SMDHSU**; Patrick de  
33 Oliveira Teixeira e Adriana Furtado – **SMGL**; Carmen Lúcia S. Garcia – **SMIC**; Adriana M.  
34 Maciel e Miriam Cardon Prikladnicki – **SMS**; Lúcia Cristina D. Capitão e Malena B. Ramos,  
35 Juliana de Oliveira C. Costa e Vera S. Karros, Maria Del Pilar V. Solana e Carla N. dos Santos,  
36 Meire Ana B. da Silva e Mercedes Helena Vicentini – **STCAS**. **Governo Federal**: Sem  
37 representação de Conselheiros. Após assinatura da lista de presenças, a Sra. Maria Lopes Rodrigues  
38 deu início aos trabalhos. **Pauta**: 1) **Votação das Atas nº 010 e 011/07**; 2) **Proposta de contratação**  
39 **de consultoria para implantação da PNAS/SUAS**; 3) **7ª Conferência Municipal de Assistência**  
40 **Social (Pré-conferência, facilitadores, participação na Comissão)**; 4) **Restaurante Popular –**  
41 **substituição de conveniada**; 5) **Projeto de Entidade**: a) **Adote um aluno da APAE**; b) **Tardes**  
42 **Solidárias – Escola de Educação Básica Mãe Admirável**; 6) **Cancelamento de inscrição de**  
43 **Entidades**; 7) **Aditamento convênio SASE e Trabalho Educativo Casa São Vicente de Paulo**;  
44 **8) Dissídio Entidades Conveniadas – retroativo a abril/2007**; 9) **Informes. Sra. Presidente**  
45 **(Maria Lopes Rodrigues)**: Boa noite. Nós vamos dar início a nossa reunião mesmo faltando  
46 *quorum*, mas vamos iniciar, mas com a quantidade de faltas justificadas provavelmente a gente não  
47 tenha *quorum*. Então, não vamos ficar aguardando para iniciarmos. A Maria do Carmo quer iniciar  
48 lendo uma mensagem, após a mensagem vamos iniciar com os Informes. 9) **Informes. Sra. Maria**

49 **do Carmo de Souza:** Pessoal, eu recebi do Ministério Público do Trabalho, nós trabalhamos a  
50 semana toda com erradicação do trabalho infantil, porque nós trabalhamos com a prevenção. Eu  
51 achei importante este texto, é bem simples, mas para nós serviu muito, sábado, no final, até alguns  
52 pais vieram agradecer. Então, no dia 12 de junho nos lembramos do Dia dos Namorados, mas  
53 também é o Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil. “Trabalhar é diferente de realizar ações  
54 educativas no seio da família, como arrumar a cama, lavar sua louça, dar comida para as galinhas,  
55 ajudar a mamãe e irmãos nas tarefas que não coloquem em risco a vida, a saúde, a segurança, a  
56 moral e o estudo da criança. A Constituição Federal do Brasil, a Lei nº 8.069/90, assegura proteção  
57 integral as nossas crianças. O Brasil assinou as Convenções 182 e 188, da Organização  
58 Internacional do Trabalho – OIT, que proíbe o trabalho infantil. O trabalho infantil pode levar a  
59 criança a ter contato com bebidas, drogas e produtos químicos que interferem na saúde física e  
60 mental, prejudicando a aprendizagem e tornando a vítima indefesa e alvo da violência. A exploração  
61 da criança pelo trabalho infantil reflete negligência e abandono, o trabalho infantil pode levar a  
62 criança à exploração sexual e comercial, uma criança que trabalha pode ser um adulto sem emprego,  
63 uma criança que trabalha pode abandonar a escola e aumentar o ciclo da pobreza na sua família.  
64 Trabalho tem idade, o adolescente só pode trabalhar a partir dos 16 anos, salvo como aprendiz,  
65 desde 14 até 24; dos 16 aos 18 o jovem pode trabalhar, mas não em condições nocivas à saúde:  
66 trabalho noturno, insalubre, perigoso ou penoso. Por que as crianças não devem trabalhar? A criança  
67 que trabalha antes da idade mínima permitida pela lei muitas vezes é retirada da escola pelo atraso,  
68 repetência e evasão escolar. A convivência familiar e afetiva é reduzida, o tempo para ser criança,  
69 conviver com outras crianças e para brincar é diminuída. O trabalho infantil pode colocar em risco a  
70 saúde e a segurança da criança e prejudicar o seu desenvolvimento físico, mental, intelectual e  
71 espiritual”. Então, é conscientizar, não é a questão de não poder fazer nada, mas conviver de forma  
72 sadia, ensinar os filhos a dobrar a roupa deles, ajudar na louça, eu estou formando a personalidade  
73 dele. Então, eu tenho que diferenciar, porque por falta de conhecimento do Estatuto da Criança e do  
74 Adolescente as crianças mesmo, os pais: “Ah, eu não posso deixar o meu filho fazer nada em casa”;  
75 mas nós estamos criando crianças preguiçosas e rebeldes, isso está prejudicando a aprendizagem.  
76 Então, a gente tem que unir esforços, principalmente as lideranças comunitárias para falar sobre  
77 isso, o que é trabalho infantil e o que é construir crianças com uma personalidade sadia. Então,  
78 achei isso bem importante, até vou ver se consigo mais para nós. Esse foi o encontro que eu fui  
79 representando o CMAS, do qual eu fui coordenadora do encontro. E hoje fui no encontro que  
80 aconteceu na Câmara de Vereadores sobre o estágio. Está sendo estudado o projeto de lei para  
81 regularizar a lei de 77 dos estágios. Os Relatores são a Deputada Manuela e o deputado, eu anotei o  
82 nome, e isso é importante para nós tomarmos conhecimento para diferenciar o que é estágio, o que é  
83 primeiro-emprego e a capacitação do primeiro-emprego. E há a necessidade de qualificarmos esses  
84 espaços de estágios, para que o estágio realmente seja para ajudar o adolescente em nível de ensino  
85 fundamental, a se qualificar para se tornar um profissional mais qualificado e também para o aluno  
86 do ensino médio, ou aluno de universidade. Então, foi muito importante, nós temos que acompanhar  
87 essas discussões que estão acontecendo em nível de Brasil, porque estágio não é emprego e não  
88 deve ser considerado como primeiro-emprego. Eu acho que é um alerta para nós até na área de  
89 assistência social. **3) 7ª Conferência Municipal Assistência Social (Pré-conferência,**  
90 **facilitadores, participação na Comissão. Sra. Presidente:** Alguém mais tem algum informe?  
91 Vocês viram que nós invertemos, começamos pelos Informes para ver se chega mais alguém. Eu  
92 acho que nós temos um informe, que é a questão das pré-conferências, porque chegou oficialmente,  
93 nós tivemos 1.662 participantes, 515 delegados retirados nas pres e 80 Conselheiros. Então, por  
94 enquanto temos 595 delegados, 15 participantes. E a nossa preocupação é que as inscrições para  
95 participantes é até sexta-feira, a gente está com um número muito pequeno de participantes que  
96 entrou via *site*. Eu acho que uma das idéias é a gente estar divulgando em todos os lugares que eles  
97 podem estar-se inscrevendo via *site*, ou ligando para cá. Tem algumas regiões que não tinham

98 trazido, agora eu vi que trouxe, a Cruzeiro e a Cristal também. Eu não sei se a Sul trouxe. **Sra.**  
99 **Maria de Lurdes dos Santos:** A Sul está junto com a da Centro-Sul. **Sra. Presidente:** A Eixo-  
100 Baltazar não está o Conselheiro. Então, são as que estavam faltando. Não estão computados aqui os  
101 da Glória, Cruzeiro e Cristal, nem da Eixo-Baltazar. Então, está faltando os dados dessas regiões.  
102 **Sra. Diva:** É importante que venha o mais rápido possível, porque nós temos que concluir até sexta-  
103 feira para que a gente tenha o material em Braile. As pessoas que vão fazer a tradução em Braile  
104 têm que ter uma semana antes da Conferência. Então, o mais rápido possível. **Frei José Bernardi:**  
105 Isso que a Diva está dizendo é aquela sistematização que o pessoal fez na pré-conferência. Eu acho  
106 que mesmo quem não conseguiu fazer eletronicamente teria que trazer, mesmo que seja a caneta,  
107 mas tem que ser esta semana para não perder o material, senão vai ficar fora. **Sra. Presidente:**  
108 Alguém mais não trouxe a sistematização? **Sra. Marister da Cunha John:** A Noroeste vai entregar  
109 amanhã à tarde. **Sra. Presidente:** Da Glória, Cruzeiro e Cristal chegou hoje, a Norte também. Só  
110 falta a Noroeste e a Eixo. Então, por enquanto é isso. A gente não tem ainda o levantamento, mas a  
111 maioria das regiões não conseguiram completar o número de delegados, saiu menos delegados que  
112 as regiões tinham direito, infelizmente; mas na avaliação geral foi muito bom, a maioria dos  
113 participantes foi de usuários. Eu acho que isso é muito bom e aumenta a nossa responsabilidade de  
114 estarmos cada vez mais preparando e pensando de fato na capacitação para os usuários. O pessoal  
115 está mobilizado para estar aprendendo, estar participando e agora nós temos que pensar. Nós  
116 também uma capacitação para os facilitadores, que a gente vai estar precisando de facilitadores na  
117 conferência. A sugestão que a conferência tem é que todos os Conselheiros sejam facilitadores, que  
118 as regiões também pudessem estar indicando alguns facilitadores. Eu acho que no mínimo três por  
119 região para a gente poder estar fortalecendo os grupos, não que necessariamente os que vêm da  
120 região serão as pessoas responsáveis, mas a gente poder estar contando mais do que um por grupo.  
121 Então, isso a gente queria estar acordando com vocês, ainda dá tempo de verificarem na região umas  
122 três pessoas para serem os facilitadores. Já pensaram na data? **Sra. Diva:** Sim. Hoje à tarde nós  
123 discutimos e pensamos na quarta-feira, dia 27, às 14 e 18 horas. **Sra. Presidente:** Então, os  
124 facilitadores são para o dia 30, à tarde, lá na conferência, a capacitação é no dia 27, aqui no CMAS,  
125 às 14 horas, ou às 18 horas. Nós temos o *folder* para inscrição, todos os Conselheiros  
126 automaticamente são delegados. Então, já são todos delegados. Os *folders* são para participantes, ou  
127 delegados que saíram nas regiões, a gente já vai estar mandando a lista, enfim, é para participante  
128 mesmo agora, os delegados já veio a listagem. Então, aquelas pessoas que queiram participar podem  
129 estar preenchendo. Ou encaminham para cá, ou ligam passando os dados por telefone. Nós não  
130 teremos inscrição no dia de participantes, a não ser que não se feche, porque são 300 vagas para  
131 participantes. Aí senão fechar até podemos estar pensando no dia como se faz. Deu esse assunto?  
132 Nós temos um informe, que é uma solicitação de demissão, que a Maria do Carmo vai estar lendo.  
133 **Sra. Maria do Carmo de Souza:** A Conselheira Magda Fajardo Godoy, Presidente da Associação  
134 Jardim Wenceslau Fontoura, da CORAS Nordeste, por motivos pessoais pede demissão do cargo.  
135 Então, a Conselheira Suplente passa a Titular. **Sra. Presidente:** E eu vou justificar a falta da Iara,  
136 porque foi por solicitação nossa, da Executiva, que ela foi participar da Temática de Assistência  
137 Social. Eles solicitaram que eu pudesse estar participando. Como nós tínhamos Plenária pedi que a  
138 Iara nos representasse. Nós não temos *quorum* ainda, aí consulto a Plenária se fazemos as  
139 deliberações *ad referendum*. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Eu sou a favor que se faça de *ad*  
140 *referendum*, senão a gente vai começar a desestimular o pessoal. Quem veio é porque está  
141 interessado. Hoje a gente faz com discussão em ato de referendo. **Sra. Miriam Dabdab D.**  
142 **Kolinger:** Eu concordo. 1) **Votação das Atas nº 010 e 011/07.** **Sra. Presidente:** A Plenária  
143 concorda? Então, vamos continuar. Nós temos a votação das atas, todos receberam? Alguém tem  
144 algum adendo a fazer na Ata nº 010? Nenhum adendo? Então, alguém é contra a aprovação dessa  
145 ata? Alguém se abstém? Aprovada. A Ata nº 011, algum adendo? Alguém é contra? Alguém se  
146 abstém? Aprovada a Ata nº 011. Vamos para o nosso Ponto 2 da Pauta, que a Sandra vai fazer a

147 síntese para nós. **2) Proposta de contratação de consultoria para implantação da PNAS/SUAS.**  
148 **Sra. Sandra Mara Nunes:** Esse é um projeto que veio da FASC, em 30-05-2007, encaminhando  
149 uma proposta de contratação de consultoria para a implantação da Política Nacional de Assistência  
150 Social, Sistema Único de Assistência Social – SUAS neste Município. A referida contratação será  
151 realizada através de licitação, processo licitatório, tendo em vista a exigência da Lei nº 8.666/93.  
152 Então, a proposta passou pela Comissão de Políticas, que vai sair um edital e as Entidades vão  
153 concorrer, a partir da seleção do edital a Entidades era contratada para consultoria à instituição na  
154 implantação do SUAS no Município de Porto Alegre. Então, eu vou ler o parecer da Comissão de  
155 Políticas: “A comissão de Políticas entende necessária agilizar a verba da reprogramação do saldo  
156 de 2005 para a execução da proposta de contratação de consultoria para Política Nacional de  
157 Assistência Social – SUAS. Sugerimos encaminhamento à Plenária do dia 04-06-2007 para  
158 votação”. **Sra. Presidente:** Até veio na outra Plenária e nós não conseguimos votar. Alguma  
159 pergunta? **Sra. Deisi Teresinha V. Albring:** Qual o preço mínimo e as empresas? **Sra. Sandra**  
160 **Mara Nunes:** As empresas não, abre um processo de licitação e as Entidades se inscrevem, são  
161 universidades que se inscrevem. Está aqui: “O recurso a ser utilizado para contratação da  
162 consultoria será oriundo da reprogramação do saldo de 2005, no valor aproximado de R\$  
163 250.000,00”. Isso é um valor aproximado porque as Entidades que vão apresentar os seus valores. A  
164 consultoria vai apresentar um prazo de execução do seu trabalho e o custo desse trabalho. **Sra.**  
165 **Denise Araci Leonhardt:** Eu pergunto da capacitação dessa consultoria em relação à política  
166 mesmo, porque eu posso contratar uma universidade, mas na universidade as pessoas não estarem  
167 capazes de implementar isso. Eu quero que tipo de consultoria? **Sra. Sandra Mara Nunes:** Vão  
168 concorrer Entidades ligadas à política de assistência social, que dominem o SUAS. Na realidade,  
169 são universidades que têm a faculdade de serviço social. **Sra. Lúcia Helena de Souza:** A proposta é  
170 que há na Cidade algumas instituições de ensino onde há um quadro de profissionais que tenham  
171 não só experiência na assistência como conhecem a assistência em Porto Alegre. Então, são várias  
172 universidades e a idéia é isso. A consultoria não é para que a universidade possa dizer o que vai ser  
173 feito do SUAS em Porto Alegre, a consultoria é necessária para que um olhar externo que esteja  
174 apropriado no SUAS possa ajudar a que a FASC possa pensar em uma reorganização do seu  
175 funcionamento, além da FASC e toda rede de assistência, em conformidade com o que propõe o  
176 SUAS. Obviamente terá critério para a seleção dessa instituição de ensino, critérios que sejam  
177 compatíveis com o conhecimento da política em adequação ao SUAS, e nós temos várias  
178 instituições, pessoas que já estiveram de dentro da política da assistência social e também temos  
179 como fazer esse olhar que está mais hoje vinculado ao estudo especificamente do SUAS em  
180 combinação com o que a gente tem hoje de execução. Claro, é fundamental que toda a rede de  
181 atendimento à assistência esteja também fazendo a discussão do SUAS nas suas regiões, para isso  
182 nós vamos ter a conferência municipal. A gente sente a necessidade hoje dessa consultoria. **Sra.**  
183 **Presidente:** Na comissão nós discutimos isso com muita profundidade e a conclusão que nós  
184 chegamos é que de fato nós precisamos desse olhar externo. Há uma necessidade, até porque nós  
185 temos que pensar apolítica enquanto um sistema, que venha dra conta de toda essa demanda. E  
186 vocês lembram que a gente tem essa fala da própria FASC de que já há alguns CRAS que estão  
187 implementados e a gente vem afirmando que não é. Eu acho que um dos papéis é exatamente isso  
188 de estarmos pensando que política é essa e que serviços nós teremos. Eu acho que esse olhar vai-se  
189 estar apontando, eu acho que a universidade tem esse papel de estar apontando isso, de estar  
190 fazendo esse estudo, apontando os maiores impactos, enfim, que tipo de serviço deve estar sendo  
191 instalado em determinadas regiões. Nós estamos discutindo com o DAS uma capacitação para a  
192 sociedade civil, porque há essa necessidade, a gente percebeu isso nas pré-conferências, a  
193 dificuldade que se teve na discussão. Então, há um profundo desconhecimento ainda sobre o SUAS  
194 e a gente precisar estar se capacitando e capacitando os nossos usuários. Então, todas essas coisas  
195 foram elencadas nessa discussão. **Frei José Bernardi:** E o que essa consultoria vai pensar e quais

196 são os produtos que ela vai oferecer? **Sra. Sandra Mara Nunes:** Eu vou ler um pouco para  
197 esclarecer: “Apesar das ações iniciais no âmbito institucional é consenso que a implementação da  
198 política no Município de Porto Alegre exigirá a adoção de um conjunto de medidas mediante um  
199 planejamento estratégico, tendo em vista o impacto dessas ações junto à rede socioassistencial  
200 existente ao corpo de trabalhadores, às entidades conveniadas, aos Conselheiros de direito e aos  
201 cidadãos mandatários da política na Cidade. Diante da complexidade desse desafio a FASC vem  
202 contratar uma consultoria que possa contribuir no processo de reordenamento institucional através  
203 de análise dos dados situacionais e georeferenciados, e do aprofundamento das diferentes  
204 concepções a cerca do Sistema Único de Assistência Social. O objetivo geral da consultoria é  
205 contribuir para a implementação da Política Nacional de Assistência Social – SUAS no Município  
206 de Porto Alegre. Os objetivos específicos: coordenar o processo de elaboração e análise do  
207 diagnóstico situacional da FASC e da sua rede de atendimento; qualificar os trabalhadores da  
208 política de assistência social e da própria rede conveniada com os principais conteúdos do SUAS;  
209 contribuir no processo de reordenamento da rede socioassistencial de acordo com os níveis de  
210 Proteção Básica e Especial”. Hoje nós temos uma estrutura na FASC e na rede como Básica e  
211 Especializada, o SUAS aponta a Básica, a Especial de alta e média complexidade. Isso é uma das  
212 necessidades, uma das demandas de estar reordenando, não só a FASC co o a rede socioassistencial  
213 dentro dessa nova estrutura. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** Esse recurso, que é o recurso de 2005,  
214 a reprogramação do saldo, esses saldos eram de recursos que vieram e não foram utilizados? **Sra.**  
215 **Sandra Mara Nunes:** Não foram utilizados. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** São sobras ou são  
216 saldos de execução não executados? **Sra. Sandra Mara Nunes:** Foram saldos de execução não  
217 executados. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** É que tinha Entidades que tinham saldo a receber e  
218 depois não receberam, não sei porque. É siso, são esses saldos? **Sra. Lúcia Helena de Souza:** Esse  
219 recurso tem a ver com uma série, é recurso do Fundo Nacional, uma parte é recurso do PETI, bolsas,  
220 porque nós não tínhamos inclusão de programa. Nós tínhamos naquela época em torno de mil e  
221 poucas crianças no programa e hoje temos 4.128 crianças. Não é só PETI, tem um projeto de  
222 reprogramação de saldo que vem toda a origem, mas é recurso não utilizado, não é recurso não  
223 utilizado por Entidade, é recurso do Fundo Nacional com destinação do piso-básico e que houve  
224 esse saldo não utilizado. Quando se apresentou a reprogramação desse saldo tem um montante que é  
225 muito maior. O que acontecia? Vocês lembram, o recurso não utilizado era só permitido se utilizar  
226 20% desse recurso. Esses 20% já foram devidamente apresentados aqui. **Sra. Sandra Mara Nunes:**  
227 Não só apresentado como repassado para as Entidades. **Sra. Lúcia Helena de Souza:** Depois disso  
228 houve concordância em termos de definição do próprio Governo Federal e que esse saldo passou a  
229 ser corrigido com o restante dos 80%, ou seja, agora pode ser utilizado 100% do saldo. Esse  
230 montante de 80% de saldo, que não tem a ver com esse valor, esse valor é uma parte pequena desse  
231 valor, os 80% desse saldo está sendo apresentado um projeto de reprogramação desse recurso e  
232 vários projetos. Já foi aprovado aqui uma parte, que foi aquela questão do Agente Jovem, uma  
233 complementação, essa consultoria é uma outra parte, a pesquisa dos afrodescendentes, quilombolas,  
234 tem um saldo a ser utilizado. E tem uma parte dessa reprogramação que ainda está em discussão,  
235 que vem para a Comissão, a Comissão aponta alguns questionamentos, esse projeto volta para  
236 atender os questionamentos da Comissão, por isso que os projetos estão vindo aos poucos. Na  
237 verdade, isso veio em um conjunto de projetos e que na medida em que está sendo apontado pela  
238 Comissão alguns questionamentos, eles retornam para a FASC para serem adequados e por isso está  
239 sendo reapresentado aos poucos, mas isso é um dos projetos dessa reprogramação. Ele está sendo  
240 reapresentado parcelado em função de que a Comissão tem apontado questionamentos ao conteúdo  
241 do projeto, ele vai para adequações e retorna. E a consultoria é uma parcela desse projeto de  
242 reprogramação, e não é a maior parcela da reprogramação. **Sra. Maria de Lurdes dos Santos:** Eu  
243 queria deixar uma preocupação minha desses recursos, Mariazinha. Eu queria estar comunicando  
244 que em 2007 a minha inscrição, vamos dizer assim, estamos no mês seis, nós atendemos o PETI e

245 que isso não venha a alguns anos, talvez eu não esteja aqui, reprogramando recursos que ainda não  
246 chegaram nas Entidades que atendem os PETIs. Então, a minha instituição todos os meses fere R\$  
247 240,00, são R\$ 20,00 por PETI atendido, seis meses R\$ 240,00 que está-nos fazendo falta. Então, eu  
248 queria saber, já que a FASC está aqui, por que os PETIs atendidos nas instituições, não sei se são  
249 todas, não são repassados? Nós atendemos 12 PETIs e todos os meses nós fazemos todo o  
250 encaminhamento das crianças, um documento que entregamos para a nossa assessora, entregamos  
251 junto com o convênios e a gente não está enxergando o recurso. Então, eu queria deixar essa minha  
252 fala e essa preocupação de daqui a pouco reprogramar um recurso que não está aparecendo nas  
253 Entidades para manter as crianças atendidas. **Sra. Presidente:** Eu posso te dizer, Lurdes. Nós temos  
254 cobrado, até falei nas conferências, que nós temos uma dificuldade, eu acho que a gente já avançou  
255 bastante nessa negociação com a FASC, mas ainda temos a dificuldade de não recebermos  
256 sistematicamente a cada três meses a prestação de contas. Nós havíamos feito essa solicitação, veio  
257 na quarta-feira da semana retrasada o primeiro trimestre de 2007, e uma das coisas que estamos  
258 aguardando é exatamente isso, nós pedimos que se abra o orçamento para a gente poder estar  
259 visualizando as Entidades que receberam e as que não receberam, o que está empenhado e o que não  
260 está empenhado. Isso ainda não chegou, nós oficiamos, nós nos reunimos com o João, que é o nosso  
261 administrador do Fundo, mas é o Sérgio quem faz os repasses. Estão todas as Entidades reclamando  
262 que não estão recebendo o PETI, e um cuidado que nós temos tido nas reprogramações é isso.  
263 Então, aquilo que é da Entidade as Entidades têm que receber, isso a gente tem cobrado. Agora, esse  
264 recurso não é de Entidade, é da política, que tem um detalhe: há dois anos o Governo Federal está  
265 repassando os recursos como piso, não mais como meta, nós deixamos de ser meta, é um piso. Só  
266 que o Município não tinha incluído todas as pessoas em PETI, se eu não me engano, era 1.300  
267 crianças incluídas e a nossa meta era 4.100. Então, esses recursos que estão sobrando são essa  
268 diferença das 1.300 para as 4.100, que era da política. **Sra. Maria de Lurdes dos Santos:** Não,  
269 Mariazinha, nós até já discutimos essa reprogramação de janeiro e fevereiro deste ano, já discutimos  
270 esses valores. Eu não estou questionando isso, é que daqui a pouco fica um acúmulo de recursos,  
271 chega na Entidade e às vezes a gente não tem tempo hábil para fazer um aproveitamento melhor,  
272 porque aí tu já se esgoelaste mês a mês, depois chega aquele monte e tu não sabes o que fazer, aí tu  
273 deves horrores, apresenta lá o que deve e ficam questionando as coisas. **Sra. Presidente:** Isso  
274 aconteceu com a USBEE, vocês lembram que veio para ser feito edital e era recurso da  
275 reprogramação que era devido à Entidade. Isso tem que ser resolvido, porque o recurso era da  
276 Entidade. É exatamente esse cuidado que tem que se ter. Eu acho que estão corretos os  
277 questionamentos. **Sra. Josiane S. Cardoso:** Eu tenho uma preocupação, porque há muito tempo já  
278 se teve um trabalho junto com universidade, até foi a Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
279 que foi referente a uma cartilha que eles iam elaborar. Eles foram às Entidades, organizaram pai e  
280 mãe, articularam junto à comunidade para fazer uma investigação, levaram questionário e tudo, só  
281 que até hoje a gente não teve retorno disso. Quando eles entregaram as cartilhas era um absurdo,  
282 porque as crianças colocaram tudo o que imaginavam: tem cinco tvs, tem tudo do bom e do melhor  
283 dentro de casa; e a gente sabendo que as crianças que eram atendidas não tinham aquilo. Então, é  
284 uma preocupação, porque a universidade trabalha em cima de papel, é uma coisa futurística, ela não  
285 trabalha com a realidade, eles não se apropriam, não vão lá botar o pé no barro e ver qual é a  
286 necessidade. Eles fazem uma coisa muito estanque do que é. Então, vai se gastar R\$ 250.000,00  
287 para buscar uma qualificação ou um olhar que eles desconhecem. Eles vão pegar o SUAS, vão  
288 trabalhar em cima do SUAS, e a realidade? **Sra. Sandra Mara Nunes:** Eles vão trabalhar em  
289 conjunto. **Sra. Josiane S. Cardoso:** Mas é uma preocupação de que a universidade trabalha fora da  
290 realidade, ela trabalha com a teoria, não trabalha com a prática. Gente, são R\$ 250.000,00, se for  
291 para ter um retorno positivo, tranquilo; agora, se chegar no final disso, a gente aprova um recurso e  
292 daqui dois, três anos não teve retorno nenhum, aí vão começar a repensar de novo para ver como vai  
293 ser. Outro questionamento que eu tenho é de querer entender a questão do PETI também, o que é

294 meta e o que é meta-atendimento, porque nós tivemos na CORAS regional em que o Gerente  
295 Regional nos levou, mas nos deixou com uma dúvida, nem ele soube explicar. Ele até ficou com  
296 medo: “O que tu vais perguntar lá dentro do CMAS? Eu vou perguntar, tu não soubeste me  
297 responder, tu vens aqui na reunião dizer que a Glória, Cruzeiro e Cristal têm 169 metas sobrando de  
298 PETI, mas não é meta-bolsa, é meta-atendimento”. Eu não consegui entender o que é isso.  
299 Atendimento não precisa de meta, porque ela já tem todas as quartas-feiras um monte de pessoas,  
300 que chega até elas. Eu não consegui entender o que é isso, fiquei em dúvida. **Sra. Presidente:** As  
301 gurias depois explicam. **Frei José Bernardi:** Só para continuar na reflexão é o seguinte: eu acho  
302 que é uma necessidade e a gente pode contar com o recurso da universidade, eu não tenho medo de  
303 investir nesse tipo de projeto. Eu acho que não está suficientemente claro o que nós queremos da  
304 universidade, não está claro qual é o prazo para eles entregarem esses estudos. E outra questão que  
305 precisa ficar bem clara aqui é quem é o comitê de seleção, porque se é um edital, tem seleção, quem  
306 vai selecionar? Eu acho que o Conselho tem o direito de saber. **Sra. Maria do Carmo de Souza:**  
307 Só complementando, eu tenho acompanhado bastante o serviço de assistência social nas  
308 universidades em função do curso de políticas sociais e culturais que estou fazendo, é uma  
309 especialização, estou-me preparando para fazer mestrado, o que eu coloco para vocês é que a  
310 fundamentação que eles estão dando em cima do SUAS e do NOAS, inclusive, as nossas aqui, tanto  
311 a PUC como a UFRGS, e a ULBRA também, estão sendo referências nacionais em termos de  
312 qualidade do trabalho, das realidades. Então, quer dizer, qualquer uma, a gente só vai ter que cuidar  
313 na escolha, porque elas estão sendo de modelo em relação a isso, de aprofundamento e de pesquisa  
314 *in loco*. A gente tem visto resultados de trabalho de chão, na busca dessa qualificação desse pessoal,  
315 há pesquisas bem fundamentadas. Então, essa parceria eu vejo importante, porque a fundamentação  
316 que elas estão tendo está sendo muito realista, muito chão. E eu acho importante o que o Frei  
317 colocou, da gente também poder fazer a escolha daquela que vier com uma proposta que atenda a  
318 nossa necessidade, mas posso tranquilizar quanto a esse trabalho, inclusive, nós estamos tendo um  
319 na Bom Jesus de práticas reais com o pessoal da PUC. Eu acho que ajuda muito nesse sentido. **Sra.**  
320 **Miriam Dabdab D. Kolinger:** E em função de troca de governo, ou de troca de Conselho, de  
321 comprometimento tanto de funcionários da FASC quanto da sociedade civil. Eu não sei se fui  
322 entendida, mas em cada troca de governo existe uma mexida muito grande, é gente que sai para cá e  
323 gente que sai para lá, pessoas que trabalharam nas Entidades. Eu acho que esse dado nós temos que  
324 ter também, é bastante dinheiro, eu não tenho medo nenhum de investir em capacitação com  
325 universidade, fecho com a Maria do Carmo. Agora, o comprometimento, isso sim, porque talvez eu  
326 tenha entendi errado de ser um ano, quer dizer, esse prazo nós vamos estar renovando o Conselho,  
327 nós vamos estar renovando o Governo Municipal, isso tem que estar de alguma maneira amarrado,  
328 um comprometimento com dos funcionários do Município. **Sra. Presidente:** Eu queria encaminhar  
329 essa questão, a Sandra vai fazer os esclarecimentos, concluídos os esclarecimentos, se não ficar  
330 claro nós podemos retirar da votação para poder se discutir mais, mas nós vamos encerrar esse  
331 assunto. **Sra. Sandra Mara Nunes:** A primeira informação é a seguinte: em se tratando de edital  
332 nós não podemos aqui estabelecer ainda quanto vai custar, eu falei na estimativa de R\$ 250.000,00,  
333 pode ser menos, não será mais, isso já está estabelecido. O processo, o trabalho, vai ser apresentado  
334 pelas universidades candidatas. Então, na realidade, muitos questionamentos só vão poder ser  
335 esclarecidos no momento do processo de seleção, porque é nomeada uma comissão de edital, onde o  
336 CMAS e o CMDCA participam, as universidades apresentam os projetos de metodologia de  
337 trabalho, de prazo e custo. Esses projetos são analisados e é, então, selecionada aquela Entidade que  
338 apresentar um projeto com maior clareza de método, prazo e custo. O que nós temos como demanda  
339 colocada é que essa consultoria contribuirá com a FASC, com o grupo de técnicos da FASC e com a  
340 Direção da FASC na implantação do SUAS, no reordenamento institucional e no reordenamento da  
341 rede. Em relação ao PETI Atendimento queria que a Lúcia falasse. **Sra. Lúcia Helena de Souza:**  
342 Essa questão já foi tratada em uma Plenária, com a presença da Coordenação da FASC, não sei se

343 seria o caso de voltar hoje. **Sra. Presidente:** Eu acho que tem que esclarecer o que é PETI Bolsa e  
344 PETI Atendimento. Só esclarece, não vamos fazer discussão sobre isso. **Sra. Lúcia Helena de**  
345 **Souza:** Houve uma Plenária, não lembro o mês, em que vieram algumas colegas da FASC, da  
346 Coordenação, a Leila e a Ana Cristina, onde isso foi tratado, mas eu vou retomar para quem não se  
347 recorda. O PETI trabalhava metas-crianças, sempre foi assim e continua até hoje, só que nós  
348 tínhamos o Programa NASF, que é o municipal, que é meta-família. Nós tínhamos até 2005, na  
349 verdade, até o ano passado, 1.300 e poucas, por aí, não tenho o número exato, crianças PETI, hoje  
350 nós temos 4.128 crianças PETI. Obviamente mudou a forma de raciocínio em relação à quantidade  
351 de famílias atendidas. Se antes nós tínhamos um núcleo conveniado ou próprio com 50 famílias, ou  
352 40 famílias, esse núcleo trabalhava com uma quantidade determinada de crianças, mas a lógica era  
353 família. Hoje o cálculo, a partir da mudança de 1.300 e poucas crianças para 4.128 crianças, ficou  
354 alterada essa lógica da quantidade de famílias atendidas. Foi apresentado aqui como ficou essa  
355 lógica da quantidade de famílias atendidas com base no outro raciocínio em função à quantidade de  
356 crianças atendidas. Isso significou uma alteração, por isso hoje que nós temos em alguns lugares  
357 núcleos que antes tinham 40 metas família e que não tem as 40 ocupadas, porque não temos Bolsa,  
358 nós temos outra lógica de quantidade de crianças atendidas, que mudou. E a quantidade de famílias,  
359 em função de ser meta-criança, ela é variável, porque se sai uma família com três crianças PETI e  
360 ingressa uma família com cinco crianças PETI, é diferente a quantidade de famílias que vai se  
361 contabilizar. Então, a capacidade de atendimento, aquela capacidade de atendimento é porque os  
362 núcleos foram constituídos com o raciocínio de quantidade de famílias a serem acompanhadas.  
363 Então, se o núcleo tinha a capacidade, uma equipe técnica, um assistente social, tinha a capacidade  
364 de acompanhar 50 famílias, essa é a capacidade de atendimento, só que hoje nós não temos  
365 disponíveis as 50 Bolsas-Famílias, porque são Bolsas-criança. Isso é a diferença entre a capacidade  
366 de atendimento e a capacidade de bolsa. É por isso que hoje nós não temos e todos os lugares os  
367 núcleos completos. E o atendimento, esse que a Josiane traz, é outra coisa, é um programa chamado  
368 Atendimento à Comunidade, que é um atendimento pontual, específico, é para uma demanda  
369 pontual. Isso não é a mesma coisa que atendimento e acompanhamento de uma família, atendimento  
370 de acompanhamento de uma família, que a gente devia estar fazendo essa discussão em função do  
371 SUAS, do que seria o PAIF conforme propõe o SUAS, é o acompanhamento à situação familiar,  
372 que não é a mesma coisa que o Atendimento à Comunidade, ele requer um outro tipo de  
373 atendimento à família com o acompanhamento da situação familiar. **Sra. Presidente:** Nós não  
374 vamos entrar hoje nessa discussão, eu abri só para ela responder a pergunta. Nós podemos até  
375 marcar outro momento para fazer essa discussão, mas não é pauta desta noite. Em relação ao projeto  
376 qual o encaminhamento que nós damos? Vocês se sentem esclarecidos para votar? Querem que  
377 retorne de novo com mais esclarecimentos? Querem que apresente o projeto para poder-se  
378 visualizar? **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Eu acho que houve bastante espaço para as  
379 perguntas, eu tinha vários questionamentos e me senti contemplada. Não depende de uma  
380 explicação, depende da gente saber amarrar depois. **Sra. Presidente:** Então, vamos colocar em  
381 votação ou não? Quem acha que devemos colocar em votação, por favor, levante a mão: treze.  
382 Quem é contra a votação: três. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** Eu vou me abster porque  
383 não peguei desde o início, não conheço. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** Eu também, porque eu  
384 conheço, não estou familiarizada com isso e não gostaria de votar. **Sra. Sandra Mara Nunes:** “Não  
385 conhece” não, porque foi apresentado. **Sra. Maria Bernadette M. de Medeiros:** Eu é porque não  
386 ouvi a apresentação do projeto. **Sra. Presidente:** Foi discutido durante esse período que tu estavas  
387 viajando. **Sra. Presidente:** Então, a votação é a seguinte: quem concorda com a aprovação do  
388 projeto? Doze. **Sra. Maria de Lurdes dos Santos:** Com uma observação, que não fique no  
389 esquecimento, porque daqui a pouco vem de novo e ninguém mais se lembra. Parece que aqui nada  
390 se lembra, tem que trazer todas as pautas para a gente estar se lembrando das coisas. **Sra.**  
391 **Presidente:** Quem é contra levante a mão, por favor: duas. Alguma abstenção? Quatro. Está

392 aprovado, então, em ato de referendo. Pessoal, tem a questão do Restaurante Popular. Leia a  
393 resolução que já havia sido votada, para fazer o encaminhamento e não voltar toda a discussão de  
394 novo. **4) Restaurante Popular – substituição de conveniada. Sra. Sandra Mara Nunes:**  
395 “Resolução nº 065/07. Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, no uso das  
396 atribuições que lhe confere e a Lei Complementar nº 352/95, resolve: aprovar o Convênio  
397 Restaurante Popular e Alimentação Popular, com a Entidade Ação da Cidadania Contra Fome e  
398 Miséria pela Vida, 720 metas mês, em substituição à Associação beneficente Bandeirão Popular  
399 Gaúcho”. Vocês lembram que a gente votou sobre a suspensão do convênio da Associação  
400 Beneficente Bandeirão Popular Gaúcho. Então, essa resolução está apontando outra Entidade para  
401 desenvolver o convênio. **Sra. Presidente:** A gente tinha ficado de verificar as condições e qual era o  
402 outro espaço que teria para assumir aquelas metas. O Restaurante Popular tem a ata da CORAS.  
403 **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Foi votado sobre o fechamento do Bandeirão Popular através de  
404 várias visitas, com técnicos da FASC e o pessoal da Secretaria da Saúde. Como não houve melhoras  
405 foi votado de haver desconveniente e ficou de se estudar qual seria o outro espaço que pudesse  
406 estar substituindo esse convênio. Chegou-se à conclusão que seria mais adequado o Restaurante  
407 Popular, foi votado na CORAS e está sendo trazido agora para cá. **Sra. Presidente:** Algum  
408 esclarecimento? **Sra. Lurdes Vargas de Souza:** Qual o número de atendimento? **Sra. Sandra**  
409 **Mara Nunes:** São 720 metas mês, 720 refeições mês. É gratuito para essas 720 pessoas. **Sra.**  
410 **Presidente:** Que são basicamente os moradores de rua. Isso está trazendo um transtorno para os  
411 serviços, porque se fechou o Bandeirão e os papaleiros, moradores de rua estão perambulando por aí.  
412 Por exemplo, a Casa de Convivência Lhe Mulher a Iara tem que estar fazendo alimentações lá  
413 porque eles não têm onde almoçar, o espaço dela não é adequado para isso. Então, enquanto não se  
414 resolver está-se buscando medidas paliativas, mas nós precisamos resolver essa situação. **Sra.**  
415 **Milda Stroschoen Pinent:** Como foi escolhido esse novo espaço? **Sra. Sandra Mara Nunes:** É o  
416 que existe. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Só existe um. **Sra. Milda Stroschoen Pinent:** Esse  
417 foi escolhido, como foi escolhido? **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** Porque é o único. **Sra.**  
418 **Milda Stroschoen Pinent:** E por que nós estamos votando? A necessidade existe, é o único espaço  
419 que tem. Então, vamos concordar e ficar em cima para que as coisas aconteçam. **Sra. Sandra Mara**  
420 **Nunes:** A partir do convênio passa a ocorrer a supervisão da nutrição como acontecia com o  
421 Bandeirão Popular. **Sra. Irilde B. da Silva:** Ele fica no mesmo lugar? **Sra. Sandra Mara Nunes:**  
422 Próximo à Rodoviária. **Sra. Presidente:** As metas que nós estamos trazendo para cá é o que  
423 funcionava lá na Érico Veríssimo, que vai passar a ser atendida aqui. Então, quem concorda com a  
424 aprovação das metas? Alguém é contra? Alguém se abstém? Está aprovado. Diva, o projeto da  
425 APAE. **5) Projeto de Entidade: a) Adote um aluno da APAE; b) Tardes Solidárias – Escola de**  
426 **Educação Básica Mãe Admirável. Sra. Diva:** O Projeto da APAE já foi apresentado em 2006, só  
427 que está com a meta errada, são 20 metas. Então, veio uma ata da CORAS com essa correção. É só  
428 uma correção, o projeto é o mesmo apresentado ano passado. **Sra. Maria de Lurdes dos Santos:**  
429 Veio 2006, e a 2007? **Sra. Diva:** Eles apresentaram também para 2007. É uma correção só. **Sra.**  
430 **Presidente:** Podemos aprovar? Todos concordam? Por favor, levantem a mão. Alguém se abstém?  
431 Alguém é contra? Uma abstenção. **Sra. Diva:** O outro é um projeto da Escola de Educação Básica  
432 Mãe Admirável, a proposta da escola é fazer atividades, tem toda mobilização com os alunos de  
433 fazerem atividades com as crianças do Chocolatão, tanto na vila quanto na escola. Eles chamam de  
434 Tardes Solidárias. Então, é promover atividades, mobilizar os alunos da escola para promover  
435 atividades recreativas e de lazer para as crianças do Chocolatão, tanto na vila quanto na escola. **Sra.**  
436 **Presidente:** Alguém é contra? Então, está aprovado. agora é o cancelamento de inscrições. **6)**  
437 **Cancelamento de inscrição de Entidades.** Vocês lembram que a gente definiu aqui que as  
438 Entidades que não encaminharam documentação para manutenção seriam suspensas por 30 dias.  
439 Esses 30 dias estão vencendo, nós tínhamos 121 Entidades suspensas, dessas 121 só 45 não  
440 atualizaram, ou seja, 37% das Entidades. Dessas 45 só 7 são conveniadas. A gente está trazendo

441 porque venceu o prazo dia 15 e o que nós vamos fazer com essas Entidades que são conveniadas?  
442 As conveniadas: Associação Comunitária dos Moradores dos Amigos do Seu Sete, Associação de  
443 Mães Auxiliadores da Vila Nossa Senhora de Fátima, Associação dos Moradores da Rua Dorival  
444 Castilho Machado, Associação dos Moradores do Beco do Adelar, Centro Comunitário Jardim  
445 Renascença, Clube de Idosos Cantinho da Amizade, Clube de Mães do Jardim Cascata. São essas as  
446 conveniadas que não encaminharam. Eu queria levantar a seguinte situação: nós tomamos decisões  
447 e eu acho que a gente tem que cada vez mais estar pensando uma forma de punição para essas  
448 Entidades. Agora, a gente tem sofrido isso na pele, porque quem tem que responder sou eu. Sexta-  
449 feira isto aqui foi um caos, havia Entidades aqui porque era o último prazo. Hoje a gente terminou  
450 atendendo porque tinha Entidades quase quebrado a porta lá na frente, queriam ser atendidas,  
451 dizendo que era um absurdo na segunda-feira não funcionar, que isto tem que funcionar porque é  
452 público. Então, se as Entidades têm essa postura eu ficou muito preocupada. Eu fico mais  
453 preocupada ainda de como isso chega do lado fora. É muito simples a gente aqui cancelar, só que  
454 depois vai para a imprensa, nós já tivemos essa situação de uma Entidade que cancelamos a  
455 inscrição, depois os próprios Conselheiros vieram para cá dizer que não era bem isso. Então, eu  
456 acho que nós precisamos tomar uma decisão. Na Executiva nós conversamos e estamos trazendo  
457 como proposta em não divulgar, mas essas que são conveniadas o CTAC tem que fazer a  
458 divulgação. Então, essas Entidades teriam mais 30 dias. Então, se a gente vai ter que aguardar os 30  
459 dias dessas, que a gente mantivesse esses mesmos 30 dias para o restante, se trouxerem durante esse  
460 período a gente vai estar recebendo. Quer dizer, teriam mais uma oportunidade. E eu acho que a  
461 Comissão de Normas tem que pensar qual é a punição para as Entidades que não cumprem com o  
462 que nós mesmos estabelecemos. A gente também não tem nenhum outro tipo de punição, não está  
463 previsto isso no nosso Regimento Interno e nem na nossa lei, a gente tem que estar definindo isso.

464 **Sra. Irlide B. da Silva:** Eu até concordo, mas com uma advertência, porque não tem a necessidade  
465 de deixar cair a última filha se a pessoa é conveniada ou não, ela tem a obrigação de fazer essas  
466 inscrições. Eu não esperaria nem por Conselheira e nem por ninguém, eu faria, elas não fizeram não  
467 sei porque. A União Vegetal veio sexta-feira me procurar porque achava que eu que tinha que dar o  
468 papel para ela fazer a inscrição, eu disse que tinha que tirar na Internet. Eu nem sabia que ela estava  
469 inscrita. Eu acho que podemos dar esses 30 dias para não deixar ninguém com o pé no barro, mas  
470 com uma advertência para o próximo ano. **Sra. Maria de Lurdes dos Santos:** Eu queria falar dessa  
471 irresponsabilidade das pessoas que se comprometem com o que vão fazer. Eu nunca vi tanta  
472 Entidade ter tantos privilégios nesses momentos de cumprir prazo. Tem uma coisa que eu aprendi  
473 nessa minha caminhada, tem que cumprir prazos, porque nos convênios a gente assina a notificação  
474 quando a gente atrasa uma semana, ou não cumpre com a data. Eu acho que a gente faz um trabalho  
475 de amor e com responsabilidade, mas desde que estou neste Conselho é muito empurrado. Eu acho  
476 que todas as Entidades que tu leste são Entidades que já estiveram em ordens com muita  
477 responsabilidade no Conselho Municipal, gente que está Corregedoria. Eu acho que as pessoas não  
478 dão muita importância, ou não estão muito preocupadas e sim preocupadas com o recurso que não  
479 entre no final do mês. O que a colega ali falou é verdade, a gente tem nas CORAS lá as pessoas que  
480 entram as coisas em um ouvido e saem no outro. Eu tive um problema com duas Entidades da  
481 minha região, porque parecia que eu tinha que fazer por eles, eu tinha que vir trazer, eu tinha que  
482 fazer o plano de trabalho, era a minha responsabilidade. Teme um problema na Entidade da Cohab  
483 Cavallhada que o dirigente desmembrou a creche da associação, mas quem estava inscrita aqui era a  
484 associação; e eu que tinha que saber? Eu também ouvi sexta-feira um monte de absurdos, coisas que  
485 não são da minha responsabilidade, a minha responsabilidade é vir aqui. Eu até vou levar para a  
486 minha colega onde estão as entidades. Então, se eu não tenho essa consciência, o meu modo de ser,  
487 não tinha obrigação nenhuma de levar para a CORAS que vai ter amanhã o documento que está na  
488 pasta dela. Então, é isso que está faltando, é muita irresponsabilidade e nós aqui do Conselho  
489 estamos sempre fazendo isso, sempre empurrando, tinha Entidades aqui já com 5 anos que não

490 encaminhava um documento. Agora, vê-se o convênio não estiver no dia 30 o que acontece. Então,  
491 a gente tem que começar a penalizar. Eu só tenho esse olhar porque a minha Entidade também é  
492 conveniada e tem que ter essa responsabilidade em cima do convênio e do tanto que tu fazes. As  
493 pessoas que estão aí com a inscrição suspensa são pessoas que já estiveram muito acima de mim, de  
494 nós todos aqui dentro talvez. Então, vão deixar mais 30, daqui a pouco são mais 30, passou o ano  
495 todo e ficou. **Sra. Eliane Gassen:** Eu acho que a gente já falou sobre isso, a questão da  
496 credibilidade, eu acho que a credibilidade está nessa discussão que a gente está fazendo. **Sra.**  
497 **Presidente:** A proposta pelo o que eu estou entendendo é que não se dê mais prazo, é isso? **Sra.**  
498 **Maria de Lurdes dos Santos:** No meu ponto de vista não. **Sra. Presidente:** E o que nós fazemos  
499 com as crianças? **Sra. Leila Maria Pitta de Azevedo:** Eu queria entender esse prazo do CTAC.  
500 **Sra. Presidente:** É o prazo do convênio, porque se vai desconveniar o CTAC tem que notificar a  
501 Entidade, conforme a resolução do CMAS fica suspenso. **Sra. Leila Maria Pitta de Azevedo:** Mas  
502 nesse período fica funcionando? **Sra. Presidente:** Sim. **Sra. Leila Maria Pitta de Azevedo:** É  
503 informado que vai fechar, fica funcionando os 30 dias sem possibilidade de reversão? **Sra.**  
504 **Presidente:** A Plenária é quem vai decidir. **Sra. Eliane Gassen:** Mas aí não entra nesse contexto de  
505 dar mais esse prazo? **Sra. Maria do Carmo de Souza:** A notificação está no próprio convênio. **Sra.**  
506 **Presidente:** O que o convênio vai dizer? Quem fundar uma irregularidade com a Entidade porque  
507 não regularizou a sua situação perante o CMAS, e tem 30 dias para fazer isso. **Sra. Leila Maria**  
508 **Pitta de Azevedo:** Então, pode reverter? **Sra. Sandra Mara Nunes:** Pode. **Sra. Presidente:** Então,  
509 se a gente vai dar para essas que se tivesse esses 30 dias também para os outros. Essa é a proposta.  
510 **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** E quem vai informar os outros. **Sra. Presidente:** Os outros já  
511 estão avisados que o prazo terminava dia 15, mas a gente pode estar avisando que vão ter essa  
512 oportunidade ainda se quiserem regularizar a sua situação. Nós não mandaremos ma AR porque já  
513 mandamos e custa caro. **Sra. Leila Maria Pitta de Azevedo:** Tem algum documento escrito que  
514 respalda o CMAS? **Sra. Presidente:** Sim. **Sra. Lurdes Vargas de Souza:** Eu penso que a gente  
515 daria esses 30 dias, a FASC faria essa comunicação para os conveniados, caso não atendam aí a  
516 coisa funciona. Eu acho que é a gente trabalhar mais isso nas CORAS, acentuar, não cansar de  
517 dizer. **Sr. Carlos B. da Silva:** Essas decisões nunca foram tomadas, sempre foram empurradas,  
518 como já foi falado aqui, eu sou favorável a esses 30 dias, mas daí para frente quem não cumprir os  
519 30 dias. Então, sou favorável. **Sra. Denise Araci Leonhardt:** Eu também sou favorável aos 30 dias,  
520 porém, tem que haver uma comunicação para as Entidades, ou por um ofício, não precisa ser por  
521 AR, mas uma notificação em vista da problemática das conveniadas. Então, elas têm uma “segunda  
522 vida” em relação a isso, porque senão disserem nada para elas e começarem a entregar aqui vai ficar  
523 na mesma vala. Estou entregando, ano que vem faço de novo e assim vai. **Sra. Presidente:** Não, a  
524 Secretaria vai estar informando isso e podemos estar passando também por *e-mail*. **Sra. Denise**  
525 **Araci Leonhardt:** E será que todas têm *e-mail*? Preocupa-me bastante uma que não telefonar para  
526 cá, ou alguma coisa assim, já perdeu o prazo, tudo bem, mas se depois de 30 dias ficar sabendo que  
527 uma outra fez sem ser notificada, ela vai para o Ministério Público. **Sra. Leila Maria Pitta de**  
528 **Azevedo:** A minha preocupação é como tu disseste antes, nós temos que conversar, porque tu como  
529 Presidente do Conselho tens que responder. Então, quando se tem alguma coisa escrita, registrada, é  
530 um respaldo no teu caso e no caso do CMAS. **Sra. Maria de Lurdes dos Santos:** Mas a partir do  
531 momento que sai uma votação a Mariazinha não está sozinha. **Sra. Presidente:** Vai ser publicado  
532 no DOPA, é o meio que a gente tem utilizado sempre, nós também enviamos o AR para ter a  
533 garantia de que as Entidades receberam. Nós até podemos mandar novamente por AR, os  
534 Conselheiros também vão estar reforçando na sua região. A gente pode estar repassando para todos  
535 os Conselheiros se alguma da sua região. Então, pode ser esse o encaminhamento? Ok. 7)  
536 **Aditamento convênio SASE e Trabalho Educativo Casa São Vicente de Paula.** Nós temos dois  
537 pontos de Pauta ainda. Vocês lembram de toda aquela polêmica com a Vila dos Papeleiros e a Casa

538 São Vicente. Nós aditamos, ou mantivemos o convênio com eles até 30-06 pensando que o espaço  
539 no Condomínio santa Terezinha já estaria funcionando. Eu acho que a Miriam pode estar  
540 explicando um pouco. **Sra. Miriam Dabdab D. Kolinger:** A gente esperava que nesse momento já  
541 estivesse o Centro Comunitário funcionando e o SASE fosse transferido para dentro do condomínio,  
542 que as crianças não tivessem que se deslocar até a Casa São Vicente. Está sem a cozinha, porque foi  
543 colocada uma cozinha na creche e outra cozinha na Casa Brasil, é muito próximo. Então, não pode  
544 ter outra cozinha comunitária tão próximo. Está nesse impasse da cozinha comunitária. Entraram no  
545 Centro Comunitário, assaltaram. Então, não tem estrutura hoje para ser transferido o SASE. Já foi  
546 conversado com a CORAS Ilhas/Humaitá/Navegantes, com a Casa São Vicente, já foi votado na  
547 CORAS Centro de se manter o SASE na Casa São Vicente até 31-12, onde as crianças estão sendo  
548 atendidas, bem atendidas e com estrutura. A gente não pode simplesmente transferir sem a mínima  
549 estrutura essas crianças dentro do condomínio. Existe condução que leva e traz essas crianças.  
550 Então, na CORAS se votou pelo funcionamento ainda na Casa São Vicente até 31-12, que nesse  
551 meio tempo seja adequado o espaço e capacitadas as pessoas a receber o espaço. **Sra. Presidente:**  
552 Que a gente consiga vencer a burocracia. Todos concordam que a gente mantenha até o final do ano  
553 com a São Vicente? O recurso é o mesmo. A gente tinha aprovado até que eles se organizassem,  
554 informasse a associação, isso está formado, oficializado, tudo direitinho, mas agora são as questões  
555 burocráticas que não se consegue vencer. Todos concordam? Ok, aprovado. A questão do dissídio, a  
556 Sandra vai ler o ofício que nós recebemos. **8) Dissídio Entidades Conveniadas – retroativo a**  
557 **abril/2007. Sra. Sandra Mara Nunes:** Este ofício chegou ao CMAS pela Presidente da FASC.  
558 “Porto Alegre, 18 de junho de 2007. Sra. Presidente, ao cumprimentá-la cordialmente dirigimo-nos  
559 a Vossa Senhoria com o objetivo de informar para conhecimento e deliberação desse Conselho,  
560 conforme proposta apresentada pela Secretaria de Coordenação Política e Governança Local, na  
561 Plenária do Fórum de Entidades, realizado em 05-06-2007, que foi aprovado naquela oportunidade  
562 um reajuste de 10% na modalidade SASE pela faz, somados a 2% do kit pedagógico com recurso  
563 originário da SMED, cujas tratativas técnicas e pedagógicas estão sendo realizadas tendo as demais  
564 modalidades reajuste de 12%. Sem mais para o momento aproveitamos a oportunidade para enviar  
565 cordiais saudações. Brizabel Müller da Rocha”. **Sra. Presidente:** A Maria do Carmo vai ler como  
566 fica a nossa resolução. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Resolução nº 066: “O Conselho Municipal  
567 de Assistência Social de Porto Alegre, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar  
568 nº 352/95, resolve aprovar o seguinte reajuste para as Entidades conveniadas, a contar de abril de  
569 2007, 10% na modalidade SASE pela FASC, somados a 2% do kit pedagógico, com recursos  
570 originários da SMED, cujas tratativas técnicas e pedagógicas estão sendo realizadas, tendo as  
571 demais modalidades reajuste de 12%. Sessão Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social  
572 de Porto Alegre, em 18 de junho de 2007”. **Sra. Leila Maria Pitta de Azevedo:** O que são as  
573 demais modalidades? **Sra. Maria do Carmo de Souza:** É a parte pedagógica. **Sra. Sandra Mara**  
574 **Nunes:** O que não é SASE. **Sra. Presidente:** Todos concordam? Não adianta não concordarmos, a  
575 proposta é essa, é isso que está colocado. Então, ok. Muito obrigada a todos. Boa-noite. *(Encerra-se*  
576 *a reunião às 20h08min).*